

Dificuldades desde cedo retardam acerto externo

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

Provavelmente a área da economia em que mais lentamente se caminhou nesses tempos da Nova República tenha sido a de negociações com os credores externos. Até pela própria situação de indefinição provocada pela doença do presidente Tancredo Neves, as autoridades brasileiras não tiveram alternativa senão de colocar em banho-maria os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os credores privados do exterior. Mesmo a viagem de surpresa do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, aos Es-

tados Unidos teve o sentido básico de exatamente apresentar as dificuldades internas que embaracaram uma rápida retomada das conversações para o acerto da dívida externa.

O primeiro passo nesse futuro reinício de conversações será dado, evidentemente, no sentido de um entendimento com o FMI, pois apenas com o seu rescaldo será possível chegar-se a um acordo com os bancos privados. E o Brasil já pediu noventa dias ao Fundo para concluir a negociação da nova carta de intenção.

A suposição é de que, decorrido este prazo, três questões-chave para os entendimentos poderão estar

apresentando uma situação mais clara e favorável ao País — uma definição em termos da Presidência da República; resultados mais favoráveis no combate à inflação e na política monetária em abril; melhor entendimento no próprio governo sobre como devem ser essas negociações.

Por enquanto, a única manifestação formal da Nova República em fóruns internacionais teve um tom duro, até contundente, em suas críticas aos países desenvolvidos, especialmente em relação aos Estados Unidos. Na reunião anual dos governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realiza-

da em Viena, na Áustria, o representante brasileiro — Sérgio de Freitas, diretor da Área Externa do Banco Central — repetiu a já clássica declaração de Tancredo Neves, então candidato à Presidência da República — “dinheiro se paga com dinheiro”. Freitas indicou a necessidade urgente de as próprias negociações com os credores internacionais abrirem espaço para a retomada do crescimento econômico, não apenas do Brasil mas também de toda a América Latina.

O novo governo brasileiro, através do diretor do BC, fez questão de marcar sua posição contrária à forte tendência de crescimento das políticas protecionistas que vêm sendo adotadas pelos países industrializados — o Brasil só não exporta mais porque está impedido pelas cotas e entraves colocados por essas nações. O segundo ponto criticado por ele foi o desacordo entre as políticas monetária e fiscal nos Estados Unidos, que têm mantido elevadas as taxas de juros internacionais. Freitas introduziu, em seu discurso, um aspecto raramente observado nas palavras da Velha República, encerrada no dia 14 de março último — como fazer um operário entender as razões da economia internacional que estão impedindo que sua fábrica trabalhe normalmente e garanta seu emprego.

Provavelmente esse mote será repetido, em suas grandes linhas, pelo chanceler brasileiro, Olavo Setúbal, durante a próxima reunião do Grupo de Cartagena, marcada para Washington. O objetivo essencial desse novo encontro será acertar uma proposta de consenso entre os dez países-membros, que será levada à apreciação das sete grandes nações desenvolvidas, cujos chefes de estado devem reunir-se nos primeiros dias de maio, em Bonn.

Avança lentamente, portanto, a negociação política com os outros devedores, mas ainda mais devagar caminha o entendimento com os credores. Mesmo a missão técnica do FMI, chefiada pela economista Ana María Jul, está merecendo um tratamento diferenciado, que provavelmente tem resultado em maiores dificuldades de acesso às informações sobre a economia nacional. O próprio vice-presidente José Sarney, no exercício da Presidência, procurou demarcar limites mais estreitos para sua movimentação entre os gabinetes governamentais, mas esse é apenas um lance antes de o jogo realmente ser retomado.